

**MUNICIPIO
DE
PAREDES DE COURA**



ATA N.º 10/2019 – 04 DE DEZEMBRO DE 2019

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

(MANDATO 2017/2021)

(Contém 06 páginas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente: Vítor Paulo Gomes Pereira
Vereador: Tiago Manuel Pereira da Cunha
Vereadora: Maria José Brito Lopes Moreira
Vereador: Vítor Manuel Rosas da Silva

Faltou o seguinte membro:

Vereador: Sérgio de Sousa Caselhos



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Ata n.º 10/2019 da reunião extraordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2019 iniciada às 10h00m e concluída às

SUMÁRIO	PÁGINAS
ABERTURA	3
DELIBERAÇÕES DIVERSAS	3
OPÇÕES DE PLANO E ORÇAMENTO, MAPA DE PESSOAL, EMPRÉSTIMO PARA 2020	3
ALTERAÇÃO AO PDM – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO	4
ADIAMENTO AO CONTRATO DO MUNICÍPIO COM A CAIXA DE C. AGRÍCOLA – MONTANTE DE 1 600,000,00	4
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE AUTORIZAÇÃO PARA A EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE REGULAR DE PASSAGEIROS	4
SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS	5
REABILITAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DE PAREDES DE COURA – 14/18 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO	5
APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA	6
ENCERRAMENTO	6



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

ABERTURA

No dia quatro do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, no edifício dos Paços do Concelho e sala de sessões, realizou-se a reunião **extraordinária** da Câmara Municipal sob a presidência de **Vítor Paulo Gomes Pereira**, estando presentes os vereadores: **Tiago Manuel Pereira da Cunha, Maria José Brito Lopes Moreira e Vítor Manuel Rosas da Silva**. -----

A reunião foi secretariada por Ana Clara Ribeiro de Carvalho, técnica superior do Serviço Administrativo e Financeiro do Município.-----

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver *quorum* para funcionamento do executivo, o presidente declarou aberta a sessão.-----

Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta do vereador Sérgio de Sousa Caselhos, por impedimento profissional. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

OPÇÕES DE PLANO E ORÇAMENTO, MAPA DE PESSOAL, EMPRÉSTIMO PARA 2020

PONTO 01 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Orçamento e votação de proposta dos documentos das Opções do Plano e Orçamento, que inclui o Mapa de Pessoal nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2020, bem como a autorização para proceder à contratação de um empréstimo de curto prazo, para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2020, previsto no nº 1 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no montante que respeita os limites fixados no nº 5 do art.º55º da referida.-----

“O presidente da Câmara referiu que o orçamento para o ano de 2020 é um orçamento de continuidade do projeto de desenvolvimento traçado pelo executivo e que, ao longo dos últimos seis anos, se tem procurado implementar, entrando-se agora numa fase de execução física de obras muito relevantes para a promoção da atividade económica.-----

Porém, é fundamental evidenciar que se mantém a imagem da gestão que tem vindo a ser adotado ao longo dos últimos anos, baseada no rigor e na racionalização de todos os recursos e ativos, pois, só com essa cultura de rigor se torna possível reforçar o investimento e, simultaneamente, diminuir de forma muito expressiva a dívida.

O orçamento para 2020 será particularmente relevante pela execução de obras estruturais de promoção da atividade económica e interesse fundamental estratégico para a captação de investimento e o futuro do concelho, sem nunca perder de vista a visão de que só pela educação e pelo acesso à cultura conseguimos qualificar o território. É fundamental ter em mente que não há forma de fixar população (sobretudo os jovens) sem que haja emprego e, simultaneamente, sem garantir acesso à educação e à cultura.-----

Assim, em primeiro lugar, é de evidenciar a necessidade de execução da ligação à A3, com inerente pagamento dos encargos assumidos no protocolo celebrado com a IP, designadamente, o custo das expropriações e a comparticipação da obra.-----

Em segundo lugar, é também de destacar o projeto de alargamento e qualificação da Zona Industrial de Formariz - submetido a financiamento comunitário em outubro de 2019 e cuja execução está prevista para 2020 - com a necessária garantia da comparticipação municipal.-----

Em conjunto, pelo interesse estratégico, estas duas grandes obras são, sem qualquer dúvida, o investimento mais relevante feito no concelho nas últimas décadas. Pelas perspetivas que abrem para o futuro, este esforço económico é justificado, ainda que possa limitar pelo tempo da sua execução o investimento nas restantes áreas de atuação do Município.-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

É essencial alertar que, em termos orçamentais, estas duas grandes obras, não impedindo a ponderada despesa nos restantes setores, acarretarão um rigor orçamental reforçado que poderá ser mitigado com a colaboração e compreensão de todos.”-----

-----“Depois de discutidos os documentos e prestados os esclarecimentos solicitados, as Opções do Plano e Orçamento, no valor de € 15 460 709,00 (quinze milhões quatrocentos e sessenta mil setecentos e nove euros) e o Mapa de Pessoal nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2019, foram submetidos à votação, tendo sido aprovados, por unanimidade.-----

-----“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a autorização para proceder à contração de um empréstimo de curto prazo, no valor de € 300 000,00 (trezentos mil euros), para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2020”.-----

-----“Foi ainda deliberado, por unanimidade, remeter os documentos aprovados aos membros da Assembleia Municipal, em cumprimento do nº 1, do art.º 45º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro”.-----

ALTERAÇÃO AO PDM – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO

PONTO 02: Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao PDM de Paredes de Coura, conforme relatório que se anexa e fica a fazer parte integrante desta ata e nos termos da conclusão que se transcreve:-----

“Considerando a ponderação que consta do ponto anterior conclui-se que nenhuma das sugestões/reclamações apresentadas têm pertinência para o procedimento de alteração ao PDM atualmente em curso. Pelo que, não relevam para a proposta de alteração em apreço e devem ser indeferidos. Nesse seguimento, a proposta de alteração não atende as participações/sugestões, sendo agora submetida nestes termos à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal para que seja aprovada”.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar alteração ao PDM, nos termos do relatório do técnico da Divisão de Urbanismo e Ambiente, que se anexa e que fica a fazer parte desta ata como parte integrante e submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

ADIAMENTO AO CONTRATO DO MUNICÍPIO COM A CAIXA DE C. AGRÍCOLA – MONTANTE DE 1 600,000,00

PONTO 03: Apreciação, discussão e votação de proposta de aditamento ao contrato celebrado entre o Município de Paredes de Coura e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste CRL, em 19 de agosto de 2019, no montante de € 1 600 000,00, que se anexa como documento e fica a fazer parte integrante desta ata.--- -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de aditamento ao contrato celebrado entre o Município de Paredes de Coura e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste CRL, em 19 de agosto de 2019, no montante de € 1 600 000,00, que se anexa como documento e fica a fazer parte integrante desta ata.--- -----

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE AUTORIZAÇÃO PARA A EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE REGULAR DE PASSAGEIROS

PONTO 04: Ratificação de aprovação pelo Presidente da Câmara de proposta para emissão de prorrogação do prazo de autorização para a exploração de serviço público de transporte regular de passageiros da linha de S. Martinho de Coura - Paredes de Coura, base com O/D em: CCT. P. Coura – Terminal e S. Martinho. de acordo com a informação que se transcreve:-----

A Empresa de Transportes Courense, Lda., com sede em Rua Heróis do Ultramar, 13, 4940-540 PAREDES DE COURA, titular do NIPC 500 097 755 e do alvará/licença de acesso à atividade n.º 200003, nos termos da Lei n.º 52/2015, de 9 de Junho, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 169-A/2019 de 29 de Novembro, fica autorizada a explorar, em regime provisório, nos termos da Lei n.º 52/2015, de 9 de Junho, o serviço público de



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

transporte de passageiros regular na rede constituída pelas linhas descritas a seguir, nas condições que, na presente data, constam do registo no Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras (SIGGESC): ----

- Linha S. Martinho de Coura Paredes Coura Base com O/D em: C.C.T. Coura - Terminal e S. Martinho -----

O operador de transportes fica obrigado a respeitar os seguintes requisitos e condições de exploração: -----

- a) Prestação do serviço autorizado em boas condições de segurança, qualidade e conforto, em particular no que respeita aos veículos utilizados; -----
- b) Prestação, à Autoridade de Transportes, da informação por esta requerida sobre as condições de oferta e procura, bem como sobre as condições relativas ao material circulante em utilização no serviço autorizado; -----
- c) Prestação de informação ao público sobre a respetiva oferta de serviços de transporte, detalhada e permanentemente atualizada no respeitante a percursos, paragens, horários e tarifário, através dos suportes adequados, nomeadamente do respetivo sítio da internet, sem prejuízo do cumprimento das obrigações de informação previstas no artigo 22.º do RJSTP, do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007; -----

O não cumprimento dos requisitos mencionados na presente autorização pode dar lugar ao respetivo cancelamento.-----

São direitos do operador:-----

- a) Os fixados na legislação aplicável, designadamente no Decreto-Lei nº 9/2015, de 15 de janeiro; -----
- b) Ser informado pela Autoridade de Transportes de eventuais alterações das condições de circulação rodoviária, nomeadamente associadas a obras na via pública ou outros constrangimentos viários, que impliquem a necessidade de introduzir ajustamentos dos percursos e paragens afetados.-----

A presente autorização provisória pode ser objeto de alterações relativas a itinerários, paragens, horários e tarifas, por iniciativa do operador, devidamente fundamentada, ou por iniciativa da Autoridade de Transportes, sempre que tal se justifique face à evolução da procura. Tais alterações têm que ser introduzidas no SIGGESC para terem efeitos práticos. -----

Prazo de validade da autorização: A presente autorização prorroga o prazo referido na deliberação do IMT – I.P. de 22/12/2016 até à data de entrada em vigor do contrato que resultar do procedimento de contratualização do serviço público de transportes de passageiros do Alto Minho, realizada de acordo com o disposto na Lei 52/2015, de 9 de junho. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar a aprovação pelo Presidente da Câmara da proposta de prorrogação de prazo de autorização para a exploração de serviço público de transporte regular de passageiros da linha de S. Martinho de Coura - Paredes de Coura, base com O/D em: CCT. P. Coura – Terminal e S. Martinho, nos termos da informação transcrita.-----

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS

REABILITAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DE PAREDES DE COURA – 14/18 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

PONTO 05: Apreciação, discussão e votação de pedido de prorrogação de prazo de execução da empreitada de “reabilitação do Centro Cultural de Paredes de Coura – 14/18_E, nos termos da informação técnica transcrita: -----

“Considerando que:-----

- A empreitada “Reabilitação do Centro Cultural de Paredes de Coura – 14/18”, adjudicada à empresa José Abreu Enes da Lage & Irmão, Unipessoal, Lda., encontra-se em fase de conclusão; -----
- O prazo de execução da referida empreitada já terminou; -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- Ainda existem trabalhos por executar; -----

Face ao exposto propõe-se a prorrogação do prazo de execução pelo seguinte motivo: -----

- “dificuldades na execução dos últimos trabalhos”. -----

Sendo assim, propõe-se a prorrogação do prazo de execução da empreitada até 13 de dezembro de 2019. -----

A referida prorrogação deverá ser concedida a título gracioso, sem encargos adicionais para o dono de obra. -----

Deste modo, para efeitos de cálculo de revisão de preços, será considerado o cronograma financeiro inicial. -----

Após aprovação, esta decisão deve ser comunicada ao adjudicatário. -----

Foi deliberado, por unanimidade, nos termos da informação técnica transcrita, autorizar a prorrogação de prazo da empreitada de Reabilitação do Centro Cultural de Paredes de Coura – 14/18”, adjudicada à empresa José Abreu Enes da Lage & Irmão, Unipessoal, Lda, até 13 de dezembro de 2019. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA

No termo desta reunião, foi deliberado, unanimidade, aprovar esta ata em minuta. -----

ENCERRAMENTO

E não havendo mais nada a tratar, pelo presidente foi encerrada a reunião, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente e pelo secretário. -----